

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(a) **OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.811.848/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora;

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

Como interveniente garantidor:

(c) **CONSTRUTORA OAS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.310.577/0001-04, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Fiadora");

CONSIDERANDO

I. Que em 25 de maio de 2011 a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da OAS Engenharia e Participações S.A. ("Escritura de Emissão")", a qual foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP")", em 20 de junho de 2011, sob o n.º ED000724-9/000;

2

NP

1

II. Que a Escritura de Emissão foi devidamente autorizada através da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 25 de maio de 2011 ("AGE"), a qual foi registrada perante a JUCESP em 20 de junho de 2011, sob o n.º 253.801/11-2, e

III. Que o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública com esforços restritos de colocação ("Coordenador Líder"), e o Banco Bradesco BBI S.A. e o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de coordenadores (adiante referidos como "Coordenadores", inclusive quando em conjunto com o Coordenador Líder), concluíram, em 22 de junho de 2011, o procedimento de coleta de intenções de investimento para verificação (i) da quantidade de Debêntures a serem emitidas e (ii) da alocação das Debêntures entre as séries ("Procedimento de Bookbuilding"),

resolvem as Partes, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A." ("Primeiro Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AVERBAÇÃO E REGISTRO DO PRIMEIRO ADITAMENTO

1.1. Este Primeiro Aditamento será devidamente arquivado na JUCESP, em conjunto com a Escritura de Emissão, bem como registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da legislação aplicável e conforme previsto no item 4.11.2 da Escritura de Emissão.

Cláusula Segunda- DO OBJETO

2.1. Este Primeiro Aditamento tem por objetivo refletir (i) a quantidade de Debêntures emitidas e (ii) a alocação das Debêntures entre as séries, conforme demanda verificada pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*.

Cláusula Terceira – DO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. Por meio deste Primeiro Aditamento, resolvem as Partes, em decorrência das considerações expostas na Cláusula Segunda, acima, alterar:

a) os itens 3.1, 3.2 e 3.3 da Cláusula Terceira;

- b) os itens 4.1.1, 4.7.1, 4.8.1, 4.9.2, 4.9.2.1, 4.9.4, 4.9.4.1, 4.9.5.1, 4.9.5.3, 4.11.1 e 4.20.2 da Cláusula Quarta;
- c) o item 6.4 (d) da Cláusula Sexta, e
- d) os itens 7.1, 7.2, 7.2.1, 7.3.2, 7.5, 7.6.1, 7.7 e 7.9 da Cláusula Sétima, todos da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as redações abaixo transcritas:

Alterações à Cláusula Terceira:

“3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma única série”.

“3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definida, será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).”

“3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.”

Alterações à Cláusula Quarta:

“4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), sob regime de garantia firme de colocação para o Valor total da Emissão), com a intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”) e do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual” e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Bradesco BBI, “Coordenadores”).”

“4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2013 (“Data de Vencimento”).”

2

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

"4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 7 (sete) parcelas mensais, iguais e consecutivas, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 25 de dezembro de 2012:

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	25 de dezembro de 2012	14,2800%
2ª parcela	25 de janeiro de 2013	14,2800%
3ª parcela	25 de fevereiro de 2013	14,2800%
4ª parcela	25 de março de 2013	14,2800%
5ª parcela	25 de abril de 2013	14,2800%
6ª parcela	25 de maio de 2013	14,2800%
7ª parcela	25 de junho de 2013	14,3200%

"4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes a 117% (cento e dezessete inteiros por cento) da variação acumulada da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração descrito no item 4.9.2.1. de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (FatorDI-1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNb = Valor Nominal de emissão, ou da data da última amortização ou incorporação, se houver, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

2

MP

4

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo “n” um número inteiro.

p – 117 (cento e dezessete) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração:

(a) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

(b) efetua-se o produtório dos fatores diários, $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(d) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.”

4.9.2.1. Durante o período decorrido entre a Data de Emissão e a data do início da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Carência de Principal”), nos termos do item 4.8.1, a Remuneração será paga semestralmente, conforme indicado na tabela abaixo. Após o período de Carência de Principal, a Remuneração será paga mensalmente, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme indicado na tabela abaixo (cada data de pagamento de Remuneração, uma “Data de Pagamento de Remuneração”):

Datas de Pagamento de Remuneração	
1ª) 25 de dezembro de 2011	6ª) 25 de março de 2013
2ª) 25 de junho de 2012	7ª) 25 de abril de 2013
3ª) 25 de dezembro de 2012	8ª) 25 de maio de 2013
4ª) 25 de janeiro de 2013	9ª) 25 de junho de 2013
5ª) 25 de fevereiro de 2013	

“4.9.4. O período de capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.”

“4.9.4.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.”

“4.9.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis ou (i-i) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época.

Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9.2 acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.”

“4.9.5.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5.1, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sobre qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração até a data do efetivo resgate. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9.2. acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou*
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma pro rata entre os titulares de Debêntures em Circulação. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da respectiva Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9.2. acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.”*

7

"4.11.1. Esta Escritura de Emissão foi objeto de aditamento para contemplar a quantidade exata de Debêntures a serem emitidas e a alocação da totalidade das Debêntures emitidas em uma única série, em decorrência do Procedimento de Bookbuilding, de que trata o item 3.8 desta Escritura de Emissão."

"4.20.2. As Debêntures deverão manter classificação de risco (rating) na escala BBB, fornecida anualmente pela Agência Classificadora de Risco desde a Data de Emissão, até a Data de Vencimento."

Alterações à Cláusula Sexta

"6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será paga no 5º (quinto) Dia Útil a contar da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes;*
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em Assembleias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";*
- (c) Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos alíneas (a) e (b) deste item, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice Geral*



de Preços do Mercado - IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die;

- (d) a remuneração prevista nas alíneas (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de obrigações não adimplidas pela Emissora;
- (e) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro rata die se necessário."

Alterações à Cláusula Sétima

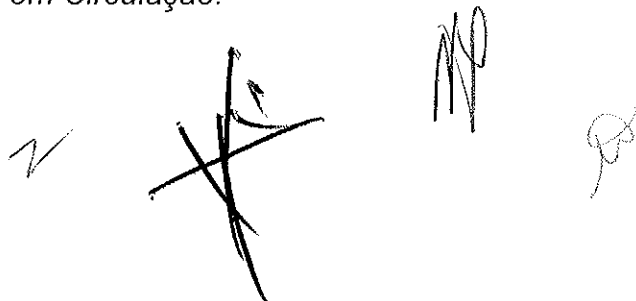
"7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas")."

"7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM."

"7.2.1. Para deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas da qual deverão participar os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação."

"7.3.2. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM."

"7.6.1. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou às datas de pagamento da Remuneração, e/ou, (ii) à Data de Vencimento das Debêntures ou datas ou percentuais de amortização das Debêntures deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação."



“7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas subsidiárias ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.”

“7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.”

3.2. Também por meio deste Primeiro Aditamento, resolvem as Partes, em decorrência das considerações expostas na Cláusula Segunda, excluir:

- a) os itens 4.1.3, 4.7.2, 4.8.2, 4.9.3 e 4.9.3.1 da Cláusula Quarta, e
- b) o item 7.3.3 da Cláusula Sétima.

Cláusula Quarta – DAS RATIFICAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento.

Cláusula Quinta – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

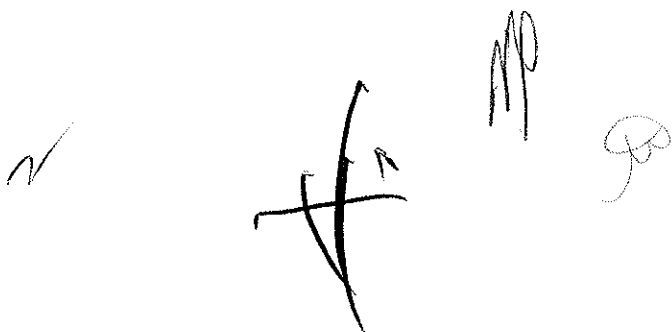
5.1. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.2. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

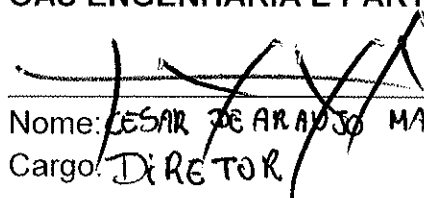
São Paulo, 27 de junho de 2011.

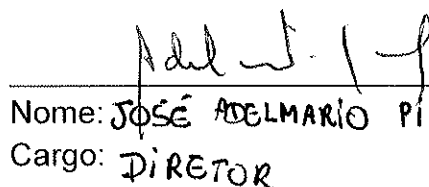
[restante desta página intencionalmente deixado em branco]

The block contains four handwritten signatures. From left to right: a small checkmark-like signature, a large stylized signature, a signature that appears to be 'AP', and a signature that appears to be 'JP'.


Página de assinaturas do Primeiro Aditamento Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A, celebrado em 22 de junho de 2011.

OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

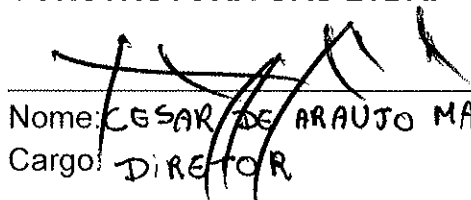

Nome: CESAR DE ARAUJO MATA PIRES
Cargo: DIRETOR

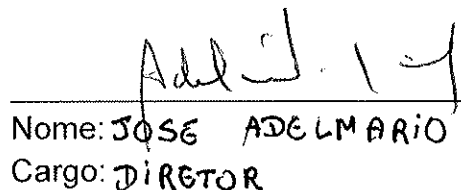

Nome: JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO
Cargo: DIRETOR

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome:
Cargo: PROCURADORA.


CONSTRUTORA OAS LTDA.


Nome: CESAR DE ARAUJO MATA PIRES
Cargo: DIRETOR


Nome: JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO
Cargo: DIRETOR

TESTEMUNHAS:


Nome: GABRIELLE DE O. NAUMANN
CPF: 35089762858


Nome: MARCELLA TONOLO TASCA
CPF: 34787752804